

DADOS DO IBGE NÃO MEDEM DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA FINANCEIRA

Ipea não vê desigualdade menor

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, disse que os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) não permitem afirmar que a desigualdade social está sendo reduzida no Brasil, como defenderam na véspera estudo da FGV.

Os dados da Pnad mostram apenas, segundo Pochmann, haver uma melhor distribuição da renda do trabalho, mas o mesmo não pode ser dito sobre o conjunto da renda do país:

“Não podemos dizer que há uma redução da desigualdade da renda do Brasil, já que os dados do IBGE confirmam que houve queda da renda do trabalho nas últimas décadas”, lembrou Pochmann.

A renda do trabalho, segundo ele, caiu de cerca de 50% do PIB, em 1980, para 39%, do PIB em 2005, no último ano em que o IBGE publicou esse dado.

Já na Pnad, a renda do trabalho representa 76% e, somada aos benefícios pagos pela Previdência, chega a 95%. Ou seja, a Pnad não

mostra como estão sendo distribuídas as demais formas de renda geradas pela economia, principalmente a financeira, como os lucros e os juros.

Segundo ele, existe um processo de inclusão social efetivo em curso no país, mas é preciso aprofundar as análises sobre a desigualdade.

Pochmann também fez uma crítica velada aos setores do governo que defendem que os benefícios da Previdência não sejam mais vinculados ao salário mínimo: “Quem somos nós para desautorizar qualquer discussão, mas precisamos reconhecer que um salário mínimo menor ou desvinculado dos benefícios previdenciários retiraria a potencialidade dessa política pública no combate à exclusão social”, advertiu o presidente do Ipea.

“Teríamos mais 17,2 milhões de pessoas miseráveis no Brasil se não existissem os benefícios assistenciais e previdenciários pagos pelo governo”, salientou Pochmann.

Fatos&Comentários,
página 2, e página 3



Pochmann afirma que inclusão não reduziu desigualdade e defende aumentos do mínimo

Fatos & Comentários

Apesar de vocês

A declaração do economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de que os governos FH e Lula devem passar à história como os responsáveis pela maior redução do número de miseráveis na história do Brasil deve ser tributada à paixão que muitos pesquisadores devotam a seus objetos de pesquisa ou às suas filiações acadêmicas. Na verdade, a responsabilidade pela diminuição da miséria no Brasil se deve, basicamente – como os números à disposição de Néri e dos demais estudiosos autorizam a concluir – a medidas contrárias aos objetivos declarados da política econômica de tucanos e petistas: o aumento real do salário mínimo e aos benefícios previdenciários, cujo piso é incrementado pela elevação do primeiro.

Como o próprio Lula já enviou projeto ao Congresso Nacional para limitar os ganhos do mínimo acima da inflação e a Previdência é o alvo de sempre dos neoliberais, dentro e fora do governo, registre-se que as principais molas propulsoras da redução da miséria têm sua ação limitada, não apenas pelo medíocre crescimento do país nas últimas duas décadas, como por se chocarem com a defesa do aperto fiscal e da farra financeira que animam as administrações FH e Lula.

Incompleto

Além disso, como destacou, quinta-feira, mais uma vez o presidente do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, os números do IBGE sobre desigualdade que balizaram a pesquisa de Néri se reduzem à renda, desconsiderando os efeitos da riqueza financeira – juros, aluguel e ações – que permitem um retrato mais efetivo – e ainda menos agradável – sobre as diferenças sociais no Brasil.

Renda ainda cresce mas menos do que ano passado

O rendimento médio do trabalhador sem carteira assinada no país crescendo sete vezes mais que o dos empregados com carteira assinada. Na média, o aumento do rendimento dos trabalhadores informais foi de 10,4% de janeiro a julho deste ano, ante 1,7% dos com carteira, segundo o *Boletim de Conjuntura* desta semana do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No entanto, o crescimento da renda de todas as categorias tem é desacelerado ao longo do ano. Nos sete primeiros meses de 2006, a renda média do trabalho cresceu 4,2%, em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro trimestre do ano, porém, o avanço fora de 5% e no segundo, 3,9%.

“Uma explicação para tal

movimento de perda de fôlego está ligada, por um lado, à aceleração da inflação ao longo dos últimos meses e, por outro lado, ao próprio dinamismo do mercado de trabalho, em que a taxa de ocupação é puxada pelo crescimento do emprego com registro”, alega o Ipea.

No entanto, continua significativa entre os rendimentos. Em julho, o salário médio dos trabalhadores formais era de R\$ 1.095,20, contra R\$ 743,70 dos informais.

No setor privado, o maior crescimento da renda ocorre entre os informais. Em 2006, o movimento fora idêntico: o rendimento no emprego formal cresceu 3,5%, em média, ante 6,4% dos sem carteira.

Este ano, a renda no setor público cresce 11,6% e a dos por conta própria, 8,3%.